

Produção e Bretton Woods: calma, presidente!

Octavio Mello Alvarenga

• Do longo discurso que o presidente Fernando Henrique pronunciou quarta-feira passada, emergem dois assuntos que envolvem o *agribusiness*: primeiro, a criação de um órgão coordenador da produção nacional; segundo (duas vezes mencionado), a necessidade de criar um novo Bretton Woods para que o país participe da mesa de negociações da “nova ordem mundial”.

O novo ministério da Produção é justificado como “maneira de levar avante a transformação econômica do Brasil”. O cidadão comum, sobretudo os mais jovens, tem todo o direito de indagar: o que é, ou foi Bretton Woods?

Vamos por partes. A medida administrativa interna vai liquidar com o atual Ministério da Agricultura e Abastecimento, órgão criado quatro décadas após a Independência, já no Segundo Reinado, por Dom Pedro II, em 28 de julho de 1860. Dando início à série de reorganizações que se tornaram mestres, nos Governos posteriores, em 1868, o organismo foi reduzido a uma diretoria e seis seções “visando à economia dos dinheiros públicos”. Com a proclamação da República, foi extinto o ministério, por lei de 23 de dezembro de 1892, possivelmente com base em argumento semelhante àquele que hoje utiliza o presidente Fernando Henrique: “Gerar mais riquezas, baixar taxas de juros e gerar mais empregos”. Quer dizer que o ministério, morto e sepultado em 1892, ressuscitou mais tarde? Sim, senhor(a): em 29 de dezembro de 1906, pelo Decreto nº 1.606, depois de ter-se reconhecido o desacerto da primeira medida republicana e esbanjado algum tempo em discussões parlamentares. O ministério, porém, só começou a caminhar em agosto de 1909. Agora, pelo visto, marcha outra vez para a guilhotina, atrás de seus companheiros de sorte, os ministérios da Indústria e Comércio e o da Política Fundiária, encapsulando o Incra.

Vejam os Bretton Woods. Como vem divulgando a imprensa, foi uma conferência monetária internacional, com o objetivo de enfrentar a problemática do pós-guerra, realizada entre 1º e 2 de julho de 1944, na bucólica localidade norte-americana de Bretton Woods, encravada nas montanhas de New Hampshire, à qual compareceram representantes de 44 países.

Sem entrar nos meandros do que ali se tratou, por falta de espaço e confessada limitação de conhecimentos especializados, será interessante indicar que dois brasileiros, entre os que integraram a delegação presidida pelo ministro Souza Costa, escreveram críticas inteiramente divergentes: o então terceiro-secretário Roberto Campos e o bolsista Santiago Fernandes. Várias páginas de “A Lanterna na popa”, de Campos, são destinadas à conferência, tipicamente seminal, que impôs abstinência sexual de três semanas a todos

os participantes, exceção feita à estrela maior do conclave: lord John Maynard Keynes, que compareceu acompanhado de sua mulher, a (*lovely*, segundo Galbraith,) bailarina russa Lydia Lopokova.

Além da bela mulher, Keynes levou para Bretton Woods um bem articulado plano monetário: o da criação do banco, uma nova moeda internacional. Contudo, entrou em cena o americano Herry Dexter White, um mediocrão, segundo Santiago Fernandes, e lord Keynes (“contraditório” para o mesmo analista e “com reputação de homossexual”, para Roberto Campos) entregou a rapadura para a América do Norte. Ou seja, após vários rodopios em cena aberta e conciliábulos nos camarins, em lugar de uma nova moeda (o banco), o dólar foi adotado como o padrão internacional: venceu White, que mais tarde seria caçado por suspeita de comunismo e morreu amargurado.

Onde entrou o *agribusiness*? Figura, com todas as letras, na primeira proposta formal da delegação brasileira, redigida por Eugênio Gudim em colaboração com Octavio Gouvêa de Bulhões, na qual se pretendia a convocação de “uma Conferência das Nações Unidas e associadas, com a finalidade de promover a estabilidade dos preços de matérias-primas e produtos agrícolas e formular recomendações para se alcançar um crescimento mais equilibrado do comércio internacional”.

O cerne da questão, porém, de acordo com ponto de vista heroicamente mantido por Santiago Fernandes, está no entendimento do que deva ser a moeda de um país, e o que isso significa perante o “padrão ouro”. Em 1967, às vésperas da reunião do FMI no Rio de Janeiro, 23 anos após sua criação em Bretton Woods, o ex-bolsista insistia na “desmonetização do metal”, fato que “representaria simplesmente o fim de longa era de predomínio de um erro dos mais funestos da humanidade, qual o de confundir ouro com dinheiro (...)”. Tese de Rui Barbosa, Mauá e Vieira Souto.

Hoje, os economistas de todos matizes estão exaltadíssimos. Talvez sejam mais úteis reflexões dessa ordem, em lugar do endeusamento ao supermercado, como dizia José Saramago — em entrevista excelente de dezembro do ano passado à GNT.

Nessa hora, seria aconselhável o ato cirúrgico idealizado pelo Governo federal? Calma, presidente Fernando Henrique! Já vimos que desejosa de promover melhor desempenho econômico, a nova república amputou um órgão, que hoje está mais necessitado de implante do que de encolhimento ou sumiço. Está certo que promovamos outro Bretton Woods. Mas inteiros, lúcidos, desmetalizados.

OCTAVIO MELLO ALVARENGA é presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

E-mail: snafagram@ax.iba-se.com.br